

Narrativa identitária à la crème

Renato Bernardino · 15.09.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE · CULTURA

Uma não-tão-saborosa receita para a política identitária. Fácil de preparar, servida em pequenas doses, rende o suficiente para vários ciclos de indignação.

Receita: Narrativa Identitária à La Crème

Categoria: política identitária

Grau de dificuldade: fácil

Tempo de preparação: poucos minutos

Rendimento: suficiente para vários ciclos de indignação

Conservação: dura enquanto houver um «eles» disponível

Ingredientes

- 1 identidade majoritária apresentada como ameaçada
- 2 chávenas de sentimento de injustiça
- 6 colheres de sopa culpa coletiva, mesmo quando ninguém a atribuiu
- 1 dose generosa de «já não se pode dizer nada»
- Q.b. de palavras como tradição, civilização, valores e cultura
- 1 problema social verdadeiro fresquinho
- 1 grupo identificável para lhe associar esse problema, de preferência mais escuro de pele.
- Junte um ramo de cheiros com: vários «eles» e muitos «nós», memória histórica seletiva e indignação a gosto com a indispensável expressão «na nossa própria casa»

Modo de preparação

1) Comece por uma base crua difícil de contestar. Escolha um princípio que deveria ser banal numa sociedade democrática: ninguém deve ser considerado culpado simplesmente pela sua origem étnica, religião, origem ou pelos atos de pessoas que viveram antes de si. É uma excelente base porque é universal, intuitiva e verdadeira.

2) Acrescente depois uma acusação que não estava na receita original. Pegue numa afirmação sobre discriminação, desigualdade ou consequências históricas e traduza-a como acusação pessoal. Se alguém disser que determinado grupo continua a sofrer discriminação, leia «estão a dizer que eu sou culpado». Se alguém falar dos efeitos presentes de processos históricos, converta a ideia em «querem responsabilizar-me pelos meus antepassados». Mexa bem até a análise social e a culpa individual começarem a parecer a mesma coisa.

3) Junte uma dose de culpa hereditária e, mesmo que ninguém tenha pedido penitência a ninguém, acrescente energeticamente a ideia de que «querem que tenhamos vergonha da nossa História» ou se não tiver isso em casa pode usar «só podemos falar das páginas negras da nossa civilização». O truque de chefe consiste em transformar o estudo crítico do passado numa tentativa de condenar moralmente quem vive no presente.

4) Tempere com perseguição cultural. A mistura ganha intensidade quando se acrescenta que «hoje já não é possível ter orgulho na própria identidade, cultura ou tradição». Não é indispensável identificar exatamente quem proibiu o quê. Para a receita funcionar, a sensação de proibição costuma ser mais importante do que a existência concreta da proibição.

5) Separe agora cuidadosamente o «nós» do «eles». Ao falar do seu próprio grupo, insista na individualidade: eu não sou responsável pelo que outras pessoas ou o que os meus antepassados fizeram; não me reduzam à minha raça, religião ou cultura — bata em castelo.

Quando chegar a vez dos outros, porém, volte tranquilamente ao plural: eles vêm, eles exigem, eles não respeitam, eles querem impor. O direito a ser tratado como indivíduo deve conservar-se do nosso lado; do outro, a categoria coletiva continua bastante útil.

6) Acrescente um problema real. Pode ser a falta de habitação, os salários baixos, a precariedade, a degradação dos serviços públicos, a insegurança real ou percebida, a perda de estatuto ou o receio de que os filhos vivam pior. Este ingrediente é importante porque uma narrativa política funciona muito melhor quando se agarra a uma experiência que as pessoas reconhecem como verdadeira, mesmo que depois lhes ofereça uma explicação bastante discutível para a sua causa.

Problemas complexos, com múltiplas causas económicas, sociais e políticas, são difíceis de servir e mais indigestos. É mais eficaz dar-lhes um rosto. Aquilo que começou por ser um conflito vertical — quem tem poder, quem controla recursos, quem beneficia, quem fica para trás — transforma-se assim

progressivamente num conflito horizontal: nós contra eles.

7) Troque então a causa por um culpado. Problemas complexos, com múltiplas causas económicas, sociais e políticas, são difíceis de servir e mais indigestos. É mais eficaz dar-lhes um rosto. Aquilo que começou por ser um conflito vertical — quem tem poder, quem controla recursos, quem beneficia, quem fica para trás — transforma-se assim progressivamente num conflito horizontal: nós contra eles.

8) Só falta a metáfora da casa. Quando a mistura estiver quase pronta, diga que quem vem «para a nossa casa» deve respeitar as nossas regras. A expressão parece inocente, mas faz um trabalho considerável: o país deixa de aparecer como uma comunidade política composta por cidadãos e passa discretamente a ter proprietários e hóspedes. Uns pertencem naturalmente; os outros parecem permanecer sob condição. Se a palavra «hóspede» começar a parecer demasiado cordial, substitua-a por «invasor». Não faz grande sentido convidar um invasor a respeitar as regras da casa, mas nesta fase da receita **a coerência já não é o ingrediente principal**.

9) A preparação pode então ser servida bem quente com um «já chega», um «acabou a tolerância» ou um «alguém tinha de dizer isto». Quanto menos definido estiver o «eles», maior será a quantidade de pessoas que cada leitor poderá colocar dentro dele.

O teste de qualidade

Como qualquer receita, esta também precisa de ser testada. E há um método particularmente simples: trocar os protagonistas sem mudar o princípio.

Imagine um português roma a dizer que não aceita ser responsabilizado pelos comportamentos de outras pessoas roma, que não admite que lhe sejam atribuídos crimes que não cometeu, hábitos que não segue ou escolhas de pessoas que nunca conheceu e que pretende ser avaliado pelos seus próprios atos em vez de pela imagem construída sobre o grupo a que pertence.

Não parece especialmente radical. Pelo contrário, parece a aplicação exata do princípio com que começámos.

Há pouco tempo assisti a uma situação pequena que ajuda a perceber como estas coisas funcionam fora dos grandes discursos. Numa praia fluvial, um homem cigano entrou na zona de banho com uma *t-shirt*. Entre muitos roma/ciganos existe um costume bastante enraizado de maior recato corporal, embora haja naturalmente exceções — eu próprio, sendo roma, não sigo esse costume daquela forma, mas respeito-o e adapto-me ao contexto se sentir que não me diminui. O uso da *t-shirt* não incomodava ninguém, não criava perigo e não perturbava o funcionamento do espaço.

A questão era aparentemente técnica. Naquela zona mal delimitada do rio aplicavam-se algumas regras semelhantes às de uma piscina — vá-se lá saber porquê, pois a poucos metros a montante não havia

essa preocupação — e a *t-shirt* que o homem usava não seria de material autorizado. Uma *t-shirt* de poliéster ou tecido técnico seria permitida; vi, aliás, mais tarde outra pessoa a utilizar uma. A solução podia ter demorado vinte segundos: explicar que ali podia permanecer vestido, mas com uma *t-shirt* adequada àquela regra.

Só que a sequência foi outra...

A nadadora-salvadora chamou o segurança antes de sequer abordar o homem. Não existia ainda discussão, recusa, agressividade ou qualquer comportamento que permitisse antecipar um conflito. Primeiro foi chamado um reforço de autoridade; só depois a pessoa foi abordada.

Quando percebi a forma como a situação estava a ser conduzida, intervim. Não para contestar a existência da regra nem para defender que aquele homem pudesse ignorá-la, mas precisamente para questionar a forma como estava a ser tratado. Também aí a resposta foi pouco aberta ao diálogo: fui interrompido repetidamente e tratado num tom agressivo quando tentava explicar que bastaria falar com ele como adulto e de forma mais discreta e esclarecer o que era permitido naquela zona.

Quando alguém questiona o exercício de uma autoridade não está necessariamente a desafiar a regra. Pode estar apenas a questionar a maneira como essa regra está a ser aplicada. E confundir essas duas coisas — contestar a regra e contestar a forma do tratamento — é outra maneira muito eficaz de fechar qualquer possibilidade de diálogo.

Isso também me parece relevante. Quando alguém questiona o exercício de uma autoridade não está necessariamente a desafiar a regra. Pode estar apenas a questionar a maneira como essa regra está a ser aplicada. E confundir essas duas coisas — contestar a regra e contestar a forma do tratamento — é outra maneira muito eficaz de fechar qualquer possibilidade de diálogo.

Não sei o que passou pela cabeça daquela jovem nem preciso de lhe atribuir uma convicção racista. Pode até ter interpretado a própria atuação como exemplarmente imparcial enquanto reproduzia um raciocínio claramente racializado: aqui as regras são para todos; comigo nem os ciganos fogem à regra. Pode ter saído dali convencida de que tinha sido particularmente rigorosa e profissional e é precisamente isso que torna o episódio interessante. Mas se uma origem étnica aparece espontaneamente como categoria de pessoas de quem se espera maior incumprimento, resistência ou necessidade de controlo, a regra pode ser neutra — este pedaço de rio também não o é, por ignorância acreditada —, mas o olhar que decide como aplicá-la já não é.

Quem tem agência e poder para impor uma regra, mandar alguém sair ou chamar segurança tem também uma responsabilidade acrescida sobre a forma como exerce esse poder. Podia perguntar antes de presumir, explicar antes de repreender e tratar um adulto como um adulto. Em vez disso, uma infração banal relacionada com o material de uma *t-shirt*, foi tratada, desde o início, como uma situação

que justificava segurança preventiva, criando burburinho e incómodo a todos os utilizadores que estavam a ter uma excelente tarde.

Quando chegou, o próprio segurança pareceu surpreendido com a necessidade de ter sido chamado. Falou normalmente com as pessoas e resolveu a situação sem dificuldade. Várias pessoas não-roma presentes também estranharam a postura da nadadora-salvadora. O homem ficou zangado com a forma como tinha sido tratado e ele e a mulher acabaram por sair daquele espaço humilhados. Após alguma discussão sem insultos de parte a parte, saíram de cabeça baixa sem mais nada, agradeceram a minha intervenção e seguiram. Se tivessem reagido violentamente, porém, seria fácil imaginar o episódio transformado em notícia e rapidamente instrumentalizado pelos *chefs michelin* destas receitas.

Se desmoronar assim que mudamos quem está à mesa, então não era princípio. Era apenas instrumentalização bem empratada.

Não conto isto para concluir que «os não-roma» tratam os ciganos desta maneira. Seria precisamente reproduzir aquilo que estou a criticar. Algumas das pessoas não-roma presentes reprovaram a situação e outro homem não-roma, o segurança, resolveu-a com normalidade. Uma pessoa não representa um povo. Mas o filho daquele casal saiu dali com a sensação de que os pais tinham sido tratados daquela forma por serem ciganos — uma leitura que, certa ou errada quanto à intenção daquela jovem, também passa a fazer parte do que aquela intervenção produziu.

É justamente essa distinção que importa preservar.

O comportamento daquele homem, se tivesse sido incorreto, pertencer-lhe-ia a ele. Não seria uma informação sobre «os ciganos». Da mesma forma, o comportamento daquela nadadora salvadora pertence-lhe a ela e não aos não-roma. O princípio parece evidente quando o enunciamos assim, mas grande parte da receita anterior depende de o aplicarmos seletivamente.

O preconceito nem sempre precisa de aparecer como insulto aberto ou como uma regra explicitamente discriminatória. Pode surgir na antecipação do problema, na expectativa de resistência antes de ela existir, na decisão de mobilizar mais autoridade para umas pessoas do que mobilizaríamos para outras numa situação idêntica.

Há ainda outra pergunta difícil de evitar: por que razão algumas pessoas recebem primeiro uma explicação e outras parecem receber primeiro uma suspeita? O preconceito nem sempre precisa de aparecer como insulto aberto ou como uma regra explicitamente discriminatória. Pode surgir na antecipação do problema, na expectativa de resistência antes de ela existir, na decisão de mobilizar mais autoridade para umas pessoas do que mobilizaríamos para outras numa situação idêntica.

E é aqui que a inversão se torna especialmente útil. Imagine agora esse mesmo homem a dizer que não aceita que séculos de representações negativas sobre os roma sejam utilizados para decidir

antecipadamente quem ele é, como vai reagir ou aquilo que provavelmente fará. Continua a ser uma exigência difícil de considerar excessiva.

Se acrescentar que Portugal também é a sua casa, a metáfora começa finalmente a revelar aquilo que escondia. Quem é, afinal, esse «nós» que possui a casa? Um cidadão Roma está incluído? Um português negro? Um muçulmano nascido em Lisboa? Um filho de imigrantes? Quantas gerações são necessárias até deixar de ser hóspede e receber a chave?

Universalismo com condições

Talvez seja esta a parte mais curiosa de toda a receita. Muitos destes discursos apresentam-se como uma reação aos excessos do progressismo, mas começam por apropriar-se de alguns dos seus princípios mais universalistas: a dignidade do indivíduo, a rejeição da culpa coletiva, a igualdade independentemente da origem e o direito a não ser reduzido à raça, à religião ou à pertença cultural. Até aqui, excelente.

No entanto, esses princípios permanecem universais apenas enquanto protegem quem está dentro do «nós» e a partir daí sucedem-se os saltos intelectuais. Reconhecer racismo passa a significar culpar pessoas não racializadas; estudar consequências históricas transforma-se em exigir penitência aos descendentes; criticar práticas ou instituições passa a ser apresentado como hostilidade a uma civilização; reconhecer desigualdades torna-se discriminar a maioria; e defender que cidadãos com origens diferentes pertencem igualmente ao país converte-se numa discussão sobre quem está na casa de quem.

Talvez a primeira exigência de honestidade intelectual seja precisamente não obrigar um argumento a dizer aquilo que nunca disse. Criticar discriminação não é acusar todos os membros de uma maioria. Reconhecer consequências históricas não significa transmitir culpas por herança. Defender minorias não equivale a atacar maiorias.

São saltos consideráveis. Ainda assim, não é raro que a preparação termine com a acusação de que é o outro lado que pratica desonestidade intelectual.

Talvez a primeira exigência de honestidade intelectual seja precisamente não obrigar um argumento a dizer aquilo que nunca disse. Criticar discriminação não é acusar todos os membros de uma maioria. Reconhecer consequências históricas não significa transmitir culpas por herança. Defender minorias não equivale a atacar maiorias. E rejeitar generalizações não pode significar reivindicar para «nós» o direito de não sermos generalizados enquanto se mantém intacta a liberdade de generalizar sobre «eles».

Se existisse uma ASAE da validade argumentativa, nem sequer teria de decidir quem tem razão. Bastaria fiscalizar alguns mínimos de higiene intelectual.

No fundo, esta receita apropria-se de princípios que o próprio progressismo ajudou a consolidar, como respeitar a individualidade sem apagar o contexto, rejeitar culpas coletivas, reconhecer igual dignidade e recusar generalizações sobre grupos inteiros. A instrumentalização sem escrúpulos começa quando esses princípios são retirados do seu sentido universal, usados seletivamente e postos ao serviço de conclusões que os contradizem — muitas vezes por quem sabe perfeitamente o que está a fazer.

É uma espécie de falsa cozinha de fusão ideológica, feita com ingredientes progressistas misturados com ressentimento identitário para servir depois um prato que contradiz a própria origem dos ingredientes. Parece sofisticado no empratamento, mas o sabor a universalismo é residual e a segurança argumentativa deixa muito a desejar.

Se existisse uma ASAE da validade argumentativa, nem sequer teria de decidir quem tem razão — da mesma forma que a ASAE não decide se um prato é saboroso, mas se os ingredientes e o processo são seguros. Bastaria fiscalizar alguns mínimos de higiene intelectual, como distinguir factos de interpretações, não transformar casos particulares em regras gerais e aplicar aos outros o mesmo padrão de prova que exigimos para nós.

Talvez o mínimo denominador comum nem seja concordarmos sobre o mundo. Seja apenas concordarmos sobre o que conta como argumento aceitável acerca dele.

Antes de consumir, sobra um teste simples. Trocar os protagonistas e manter os princípios. Se o prato continuar de pé, talvez haja ali universalismo.

Se desmoronar assim que mudamos quem está à mesa, então não era princípio. Era apenas instrumentalização bem empratada.